

## Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas

Odilon Caldeira Neto\*

### Resumo

Após o fim da Ação Integralista Brasileira (1932-37), os integralistas buscaram diversas alternativas para a permanência da atuação, tanto no âmbito político quanto ideológico. No entanto, além de pressões e limitações do poder estatal estadonovista, o próprio posicionamento de ex-AIB como Miguel Reale materializaram um obstáculo à retomada integralista. Busca-se, neste artigo, a análise do papel de Miguel Reale neste panorama.

**Palavras-chave:** Integralismo, Memória, Miguel Reale.



Miguel Reale (1910-2006)

Fonte: <http://www.integralismo.org.br/novo/imagens/phpg1PDek.jpg>



\* **ODILON CALDEIRA NETO** é Mestre em História, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR).

O cenário político brasileiro nas primeiras décadas do Século XX foi marcado profundamente pelo acirramento das disputas políticas envolvendo movimentos e partidos políticos de variadas instâncias. No aspecto da disputa entre setores e representantes da direita política nacional, um dos casos mais significativos desta efervescência política cumpre, certamente ao integralismo, por meio da *Ação*

*Integralista Brasileira* (AIB), movimento e partido político de inspiração fascista, fundado oficialmente em 07 de outubro de 1932, na capital paulista.

O fascismo – entendido aqui não como um fenômeno específico, mas enquanto um *corpus* de conceitos e propostas similares em vários casos, experiências e localidades – se aproveitava da prévia aceitação dos setores médios da sociedade e da intelectualidade brasileira do período, sobretudo dos jovens e recém-ingressos na vida pública, não necessariamente política. Com o fim da chamada *República Velha*, a prática político-partidária daquele período assumiu (à revelia, certamente) o caráter arcaico relacionado constantemente com os moldes oligárquicos de dominação. Contraponto a tal proposta, as ideologias de esquerda, embora tivessem certo apoio de uma significativa parcela do operariado



urbano do período (sobretudo nos anos 1920), eram extremamente malvistas por grande parte da população brasileira, tomados como contrários à ordem e destruidores da moral cristã.

Desta maneira, o fascismo de uma forma geral adquiriu um caráter extremamente atraente aos grupos citados anteriormente, considerado “modernizador” e jovem, mas não contrário às tradições.

Isto explica, em parte, tanto a guinada de alguns grupos conservadores da Igreja Católica para movimentos fascistas, quanto a grande adesão de jovens e intelectuais a estas experiências. Contudo, ainda que houvesse casos de pequenos grupos fascistas precedentes ao integralismo, como a *Legião Cruzeiro do Sul* (1922) e a *Legião Cearense do Trabalho* (1931), o processo de efetivação e fortalecimento de grupos políticos de expressão fascista coube de fato à iniciativa de Plínio Salgado, jornalista, escritor e político paulista (nascido em São Bento do Sapucaí, no ano de 1895) que, no ano de 1932 fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), organização que congregava diversos intelectuais da (extrema) direita brasileira do período, destinado a pesquisa e solucionar os problemas nacionais, embora num âmbito não institucionalizado politicamente.

No dia 6 de maio de 1932, ocorreu a terceira reunião da SEP. Nesta, Plínio Salgado sugeriu a criação de uma seção subordinada e paralela à SEP, com objetivo de ampliar de forma prática (ação) a educação nos moldes do grupo, de uma maneira mais acessível e abrangente, possibilitando assim a formação de uma consciência acerca dos problemas nacionais além dos limites da SEP. Contrariando a posição de alguns membros, como Cândido Motta Filho (que defendia que a SEP deveria conservar o caráter unicamente *cultural* do movimento), Salgado obteve apoio da grande maioria dos membros da SEP e conseguiu efetivar a criação da AIB, conhecida como maior movimento político fascista existente no Brasil no Século XX e também, de acordo com Cavaleri (1999), o primeiro movimento político moderno de massas do país, no âmbito da direita.

A partir dos últimos meses de 1932, Plínio Salgado, em companhia de alguns integrantes da AIB, passaram a fazer campanhas de disseminação do ideal integralista, buscando arregimentar militantes e simpatizantes Brasil afora, sobretudo jovens, para formar o que seria a base intelectual do movimento integralista. No início de 1933 ocorreu a filiação daqueles que se consolidariam como principais nomes do integralismo além do Chefe Nacional Plínio Salgado: Miguel Reale (futuro Chefe de Doutrina Integralista) e Gustavo Barroso (futuro Chefe das Milícias Integralistas).

Gustavo Barroso, natural (1888) de Fortaleza (CE), quando ingressou no integralismo em 1933 já era nacionalmente conhecido, tanto pelas funções de jornalista (havia dirigido uma importante revista da época - *Fon!-Fon!* - na então capital federal), assim como no campo político, por ter

ocupado o cargo de deputado federal entre 1915 e 1917 (eleito pelo Partido Republicano Federal). Além destas atribuições, Barroso era ainda membro da Academia Brasileira de Letras (ingresso em 1923) e também um dos idealizadores do Museu Histórico Nacional (1922).

Miguel Reale, nascido no ano de 1910 na cidade de São Bento do Sapucaí (assim como o *Chefe Nacional* Plínio Salgado, embora ambos relatassem que não houvessem se conhecido até a experiência integralista), mudou-se para São Paulo ainda jovem, passando a estudar em um tradicional colégio da cidade (Dante Alighieri). Inclinado pelos pais a seguir a centenária tradição familiar profissional da área médica, Reale desistiu da ambição paterna e ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (atualmente vinculada à USP), um dos mais importantes centros de formação política e intelectual do período no país. Influenciado pelo conturbado panorama político existente na capital paulista, Miguel Reale decidiu se alistar nas forças paulistas que lutaram na Revolução Constitucionalista de 1929, atuando como sargento na linha de batalha. Com a derrota paulista frente ao governo federal, Reale retornou às atribuições anteriores e só teve efetivo contato com um movimento de cunho político expresso quando aderiu ao integralismo, como dito, no ano de 1933.

Logo quando ingressou no movimento integralista, Miguel Reale passou a exercer importante papel político no movimento. Em abril de 1933 ocorreu em São Paulo o primeiro desfile integralista, em apoio à candidatura de Reale para as eleições para a Assembleia Constituinte, pro ano de 1934. O desfile contou com a

participação de cerca de quarenta militantes, na primeira aparição pública do movimento integralista, com militantes trajados com as camisas verdes (uniforme do movimento) orneadas com um distintivo criado por Reale, composto pela letra grega Sigma ( $\Sigma$ ), símbolo do movimento.

Reale participou ativamente de outra estratégia de divulgação e arregimentação de novos membros para o integralismo, as “Bandeiras Integralistas”, que consistiam em viagens feitas pelos líderes (Salgado, Barroso e Reale) a diversas regiões do país, como forma de divulgação e doutrinação. As *bandeiras* que rumaram ao norte e nordeste do Brasil foram lideradas por Gustavo Barroso, sendo nesta bem recebido muito por conta da popularidade deste na região. As *bandeiras* da região Sul do país foram levadas por Reale, sendo que nestas foram inaugurados os núcleos integralistas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (BARBOSA, 2006, p. 73).

Além do papel de constante disseminação e fortalecimento da militância integralista, Miguel Reale desempenhava função essencial para a constituição ideológica da AIB. Na tríade chefia integralista – Salgado, Barroso, Reale –, Plínio Salgado ocupava-se da chefia nacional e, no aspecto intelectual, lançava obras destinadas a pensar a questão nacional para os integralistas, assim como idealizar a “nova humanidade” que deveria emergir do Brasil, sobretudo a partir da experiência proposta pelo movimento. Já Gustavo Barroso ocupava-se, além da função de

formação de uma ala paramilitar do movimento (as milícias integralistas, destinadas ao enfrentamento nas ruas, principalmente com grupos esquerdistas e, mais adiante, a Aliança Nacional Libertadora), o papel ideológico que representava a ala mais radical – e antissemita – do movimento, repetindo um discurso extremamente preconceituoso que relacionava e personificava os inimigos do integralismo a uma suposta obra subterrânea e complô dos judeus que seriam os responsáveis pela iminente destruição da civilização cristã – o que, evidentemente, seria contida somente pelos esforços integralistas e de outros movimentos fascistas ao redor do mundo (MAIO, 1997).



No caso de Miguel Reale, coube a função, justamente por conta de suas atribuições profissionais e notórias capacidades pessoais, de chefia da doutrina integralista no âmbito

organizativo do almejado Estado Integral. Desta maneira, em diversos livros doutrinários voltados ao movimento integralista (“O Estado Moderno” – 1934, “ABC do Integralismo” – 1935, “O Capitalismo Internacional” – 1935, etc.) Miguel Reale buscava traçar uma análise do que viria a ser a configuração do Estado brasileiro sob domínio do integralismo. A relação que se fazia entre a configuração do Estado e o integralismo levavam em conta a busca pela instituição do modelo corporativista de organização, influencia evidentemente advinda do fascismo italiano. No entanto, uma das características gerais do integralismo e que automaticamente

também era presente na doutrina integralista de Miguel Reale foi a busca pela originalidade do movimento, como forma de não pautar o movimento como um mero mimetismo ideológico dos congêneres europeus, o que, no caso específico do chefe de doutrina integralista, aproximava-se muito mais do caso italiano.

Desta maneira, por mais que os traços de semelhanças fossem facilmente notados ou mesmo explícitos, era consenso na doutrina e discurso das lideranças do movimento que a AIB supostamente significava algo diferente – ou mesmo além – do modelo proposto pelos coirmãos. Com este discurso uníssono do movimento, buscava-se distanciar de possíveis críticas de um “seguidismo” eurocêntrico, fator que obviamente seria problemático em um movimento de tendência ultranacionalista. Isto não impedia, no entanto, que os integralistas se visualizassem como participantes de um grande bloco político, constituído de diversos movimentos ao redor do mundo (não somente Europeus) e, o que unia estas expressões políticas em torno de um grande grupo eram justamente as características fascistas ou *fascistizantes*, como o apelo às massas, o ultranacionalismo, o conservadorismo, o corporativismo do Estado, o anticomunismo, a simbologia e estética em alguns pontos semelhantes entre si (vestimenta), saudações, organizações paramilitares/milícias, etc. (BARROSO, 1933).

Algumas destas características da configuração do integralismo enquanto fascismo (não mimético) auxiliara na conquista de militância do Sigma e na grande amplitude do movimento, de modo efetivamente nacional. Para arregimentar membros e doutriná-los da maneira mais uniformemente possível, a

AIB construiu e utilizou de maneira sistêmica um maquinário doutrinário constituído de livros (obras com autoria na grande maioria da tríade chefia), jornais do movimento (todos submissos a um órgão nacional de coordenação – a *Sigma Jornais Reunidos*), inserções na mídia de massa (rádio), simbologia e ritualística (uniforme, peças gráficas, cartazes, cânticos, cerimônias, festividades), entre outros aspectos, que garantiam a capacidade do integralismo em penetrar no íntimo dos militantes, tornando o movimento presente em grande parte da vida destes, não apenas nos cerimoniais políticos convencionais, como ocorria em diversos outros partidos e agremiações políticas e culturais.

A resposta do integralismo a uma época de grave crise, buscando elevar e (re) criar uma nacionalidade brasileira, assim como oferecer uma resposta às ideologias “inimigas” (o liberalismo, o comunismo e anarquismo), aliada ao aparato doutrinário descrito acima, foram um fator preponderante do relativo sucesso do movimento. Números oficiais, expressos em revistas integralistas como “Anauê”, “Panorama”, entre outras, jogavam o tamanho da militância para mais de um milhão e meio de membros, dado provavelmente superestimado para fins propagandísticos. No entanto, mesmo se lidarmos com um número menor (de 500 a 800 mil militantes, como afirma Hilton, 1977), ainda assim é um valor extremamente significativo para a sociedade brasileira da época, ainda mais se levarmos em conta as dificuldades de comunicação e de locomoção de então, o que certamente era um entrave para um maior crescimento do movimento.

A crença no sucesso do movimento auxiliou para a transformação, durante o

II Congresso Nacional Integralista (realizado na cidade de Petrópolis em 1935), da AIB em partido político (era até então movimento cívico, político e cultural). Esta questão, no entanto, foi preponderante para a proibição da AIB quando do início da ditadura do Estado-Novo de Getúlio Vargas. Embora os integralistas houvessem apoiado publicamente o golpe Estadonovista, quando Getúlio Vargas tomou o poder, dissolveu todos os partidos políticos, inclusive a AIB. Deste modo, os integralistas caíram na ilegalidade. Num primeiro momento, as lideranças integralistas buscaram dialogar com Getúlio Vargas, tentando recriar o integralismo nos moldes originais (não partidário) sob uma nova sigla, a Associação Brasileira de Cultura (ABC).

No entanto, setores mais radicais do movimento tornaram-se extremamente descontentes perante determinações do Estado Novo, que incluía desde a proibição da atuação da ABC, até prisão de alguns militantes que *ousavam* se manifestar publicamente adeptos do *Sigma*. A situação chegou ao limite em meados de 1938, quando alguns militantes integralistas, juntamente com não adeptos (inclusive *liberais*) empreenderam uma tentativa de golpe sobre Getúlio Vargas, chamada também de *Putsch Integralista*. O fracasso desta tentativa, como observa Silva (1964), fruto também de despreparo dos envolvidos no processo, acabou por determinar o completo rompimento de Getúlio Vargas com os integralistas. A repressão tornou-se crescente, houve busca e apreensão (destruição) de diversos materiais integralistas e diversos integralistas foram presos, inclusive o *chefe nacional* Plínio Salgado, que em decorrência direta deste evento partiu para o exílio em Portugal, retornando somente no ano de

1945, quando se deu o fim do Estado Novo.

Até o fim do Estado Novo o que se seguiu foi uma constante campanha pública de denúncia contra o integralismo, buscando colocar o movimento como “traidores da nação”, “agentes do eixo”, dentre outras acusações que tornavam extremamente remotas quaisquer possibilidades concretas de rearticulações integralistas no período. Quando Plínio Salgado, ainda no exílio, começou a tentar rearticular e conter a extensa dispersão dos integralistas de então por meio do Partido de Representação Popular (PRP – primeira organização integralista concreta pós AIB), o panorama já não era mais o mesmo dos tempos *áureos* da AIB.

Em primeiro lugar, há de constar que muitos integralistas acabaram por se aliar ao Estado Novo por visualizar neste algumas das bandeiras historicamente enunciadas pelo integralismo, como o modelo corporativista de organização, o discurso conservador, a defesa do municipalismo contrário aos regionalismos, certos aspectos simbólicos, o nacionalismo e o autoritarismo. Outros militantes (como Hélder Câmara) migraram para organizações de esquerda, jamais se reaproximando de organizações integralistas ou de direita. Outra parcela ainda buscava se esquecer da participação do movimento integralista, visto que após o Estado Novo o movimento tornara-se “maldito” para a opinião pública em geral, fruto em parte da grande campanha efetuada pelos aparelhos políticos de propaganda do Estado Novo. Houve ainda o caso de militantes, caso específico de Gustavo Barroso, que após a experiência integralista jamais voltaram a ocupar

cargos e estabelecer relações no campo político-partidário institucionalizado.

O caso específico de Miguel Reale insere-se possivelmente no primeiro grupo descrito acima. Após se desligar do integralismo, Reale passou a dedicar-se às atribuições profissionais na área do direito, lançando em 1940 a *Teoria Tridimensional do Direito*, tida como uma das maiores contribuições de sua vida intelectual, reconhecida em âmbito internacional. No ano de 1942, passou a integrar oficialmente o Estado Novo, ocupando o cargo de Membro do Conselho Administrativo do Estado, até meados de 1944. Quando Plínio Salgado iniciou a coordenação – com o auxílio de Raymundo Padilha – da criação do PRP, Reale chegou a ser cortejado a participar desta nova empreitada integralista. No entanto, além de negar a possibilidade de participação na nova iniciativa integralista, isto é, o modelo *perrepeista*, Miguel Reale teceu comentários que se tornaram extremamente problemáticos neste contexto de retomada e reorganização integralista.

Em entrevista concedida ao jornal *Diário de Notícias* (12/05/1945), Reale afirmou que via a movimentação de rearticulação integralista como um perigo para as possibilidades pacíficas de soluções dos problemas nacionais. O ex- *Chefe de Doutrina* da AIB já tinha manifestado anteriormente o reconhecimento pessoal em que admitia determinadas *deficiências* presentes no ideal de seu *antigo partido*. Os motivos das mudanças de postura que teriam levado Reale a se afastar do integralismo e não apoiar a articulação do PRP ficaram expostos na entrevista, onde Reale afirmara que sua desilusão para com o integralismo havia sido causada principalmente por ter visto *na prática* quais eram os resultados dos

moldes corporativistas fascista numa nação (CALIL, 2001, p. 96).

A viagem que fez à Itália fascista em 1938 deu-lhe oportunidade de visualizar o corporativismo *além dos livros*, algo que Reale definiu na prática como um sistema *burocrático decepcionante*. Afirmou que os compromissos que os integralistas tinham com a AIB *desapareceram* quando da transformação desta em ABC, sendo que quaisquer ordens ditas aos antigos integralistas eram ilusórias. Estas afirmações marcaram por completo a ruptura de Reale com o integralismo (algo que, mesmo com a participação durante o Estado Novo não era necessariamente evidente). Neste período (1945), Reale fundou, juntamente com Marrey Junior, o Partido Popular Sindicalista (PPS), partido este que depois viria a se transformar no Partido Social Progressista (PSP), fruto de fusão com outras diversas siglas, como o PRP (não integralista) de Adhemar de Barros.

Embora seja difícil quantificar o impacto que tais declarações tenham causado junto à militância integralista, é necessário ressaltar que outros figurões importantes da mais alta hierarquia integralista, como Santhiago Dantas, Belmiro Valverde e Gustavo Barroso não apoiaram o PRP. Carone (1973, p. 213) afirma que este foi um grande empecilho à formação do PRP, porém, como observa Calil (2001), grande parte da liderança intermediária integralista apoiou Plínio Salgado e o PRP, ao menos em um primeiro momento. Vários chefes provinciais da AIB, inclusive de alguns estados importantes para o integralismo, tais quais os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Guanabara e Rio de Janeiro auxiliaram Salgado.

Porém, é plausível supor que o posicionamento de Miguel Reale neste momento tenha atingido certa parcela da militância integralista, pois ainda era importante para os antigos membros a manutenção das estruturas existentes até então na chefia, ou o mais próximo possível. O fato, inclusive, de Miguel Reale propor a fundação de um novo partido – também com inspiração corporativista, embora sob os moldes do sindicalismo e, desta maneira, mais distante tanto do integralismo quanto (conforme seu próprio posicionamento anterior) do fascismo -, pode ser visto como um fator de desestabilização da militância integralista, de modo que talvez seja possível verificar, em estudos futuros, a carga de ex-integralistas inseridos em projetos políticos distintos ao de Plínio Salgado, incluídos nisto o PPS de Miguel Reale.

O posicionamento de Miguel Reale logo no início de formação do Partido de Representação Popular de Plínio Salgado tem de ser visto também como uma questão de contexto, inclusive pela existência de dois programas distintos entre si e em disputa: o PRP e o PSP.

No tocante à “escrita de si”, considerada neste contexto não necessariamente no aspecto autobiográfico ou mesmo letrado, o que, como aborda Souza (2008) inclui também as entrevistas como um dos grandes aspectos de materialização (oral) da escrita, o posicionamento de Miguel Reale é dúbio se analisado em relação a entrevistas mais recentes, realizadas consecutivamente em 1997 (Programa Roda Viva, da TV Cultura) e em 2002 (Programa Memória Política, da TV Câmara). Nestas entrevistas (1997 e 2002), Miguel Reale retomou e reformou o significado do integralismo em sua vida, fazendo uma ampla defesa do movimento, buscando colocá-lo

como diametralmente oposto da prática fascista. Esta questão ilustra claramente a mudança de posição e discurso de Miguel Reale em relação ao integralismo de acordo com o contexto de cada fala. Evidentemente, durante a primeira entrevista aqui abordada (1945), Miguel Reale vivia o auge de uma carreira profissional, pública e com relações e ambições políticas. Neste momento, tanto o seu passado integralista, quanto a rearticulação de seus antigos companheiros ou mesmo sua insistência em utilizar o modelo corporativista (revisto, sob moldes sindicalistas) era extremamente problemático e necessitava um imediato afastamento da *mácula* fascista. Já nas entrevistas nos últimos anos de vida, quando já tinha uma carreira consolidada, estando aposentado e a experiência integralista estava restrita ao contexto dos anos 1930, além de ser analiticamente apresentada como reação aos problemas da época, tal posicionamento já não adquire o peso anterior.

No entanto, embora estas duas últimas entrevistas analisadas podem ser vistas como uma espécie de *mea-culpa* de Miguel Reale, o peso destas são inequivocamente inferiores para as ambições de retomada integralista (ainda presentes na atualidade, isto é, o *neointegralismo*) se comparadas ao contexto de 1945, onde havia ainda grande parte da militância integralista ainda viva, a presença do *chefe nacional* Plínio Salgado (que viria a falecer em 1975) e o apego à democracia da sociedade brasileira era bastante inferior à sociedade atual, o que, para os integralistas, era uma possibilidade de avanço, algo que não ocorreu (ao menos como esperavam).



### Referências

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **A ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932 – 1937)**.in: Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARONE, Edgar. **A segunda república**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1973.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru, SP: Edusp, 1999.

HILTON, Stanley. **Ação Integralista Brasileira: o Fascismo no Brasil, 1932-1938**. In: \_\_\_\_\_.

**O Brasil e a Crise Internacional, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

REALE, Miguel. **Obras políticas (1a fase - 1931/1937)**. Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983a.

\_\_\_\_\_. **Obras políticas (1a fase - 1931/1937)**. Tomo II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983 b.

SILVA, Hélio. **1938: Terrorismo em Campo Verde. O Ciclo Vargas, Vol. X**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

SOUZA, Valdir Aparecido de. Representações de si: o imaginário dos intelectuais e a História Contemporânea. In: **Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário**. Disponível em: < <http://www.cei.unir.br/artigo115.html>> (acesso em 10 nov. 2010).